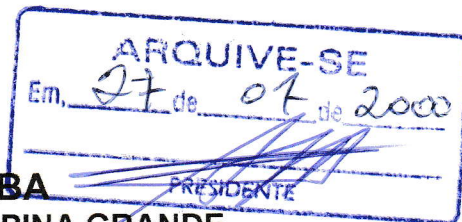




**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA**



LEI Nº 3832 ✓  
x

De, 27 de junho de 2000.

**DISPÕE SOBRE A INSPEÇÃO  
SANITÁRIA E INDUSTRIAL DOS  
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL  
NO MUNICÍPIO DE CAMPINA  
GRANDE - PB E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**, faço  
saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI**

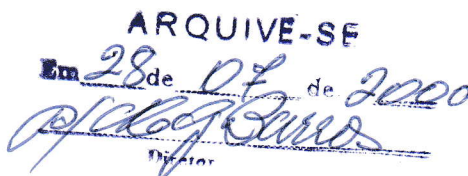
**Art. 1º** - Esta Lei disciplina a inspeção e a fiscalização dos produtos de origem vegetal, produzidos, comercializados ou destinados ao consumo no Município de Campina Grande - Pb, nos termos dos Arts. 23, VIII, parte final da Constituição Federal.

**Art. 2º** - Cabe à Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Campina Grande, através do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, dar cumprimento às normas estabelecidas na presente Lei e impor as penalidades nela previstas.

**§ 1º** - O Serviço de Inspeção Municipal - SIM, será composto por servidores recrutados entre os atuais do Município.

**§ 2º** - O responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal será indicado pelo Secretário de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente dentre os servidores recrutados.

**Art. 3º** - A atuação do Município de Campina Grande - Pb, por seu Serviço de Inspeção Municipal - SIM - é exclusiva, nesse setor, proibida a duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária por outros órgãos municipais.



Q



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA**

**Art. 4º** - Fica ressalvada a competência da União, através do Ministério da Agricultura, para a inspeção e fiscalização de que trata esta Lei, quando a produção for destinada ao comércio interestadual ou internacional, sem prejuízo da colaboração do Município.

**Art. 5º** - A inspeção e a fiscalização de que trata a presente Lei abrangem os aspectos industriais e sanitários dos produtos de origem vegetal, comestível ou não, adicionados ou não de produtos animais, preparados, transformados, depositados ou em trânsito.

**Art. 6º** - Os estabelecimentos industriais e entrepostos de produtos de origem vegetal somente poderão funcionar na forma das legislações Federal, Estadual e Municipal vigentes e mediante prévio registro no Município de Campina Grande – Pb, observando o disposto no Art. 4º.

**Parágrafo Único** – Constitui incumbência primordial da Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Campina Grande.

- I – coibir o processamento clandestino de produto vegetal;
- II – registrar os estabelecimentos agroindustriais;
- III – inspecionar o fabrico, manipulação, o beneficiamento, a armazenagem, o acondicionamento e a conservação de produtos de origem vegetal;
- IV – Fiscalizar o transporte do produto final da unidade de processamento até o ponto de comercialização.

**Art. 7º** - A inspeção e a fiscalização de que trata esta Lei serão realizadas nos estabelecimentos que fabriquem, manipulem, beneficiem, armazenem, acondicionem, conservem ou transportem produtos de origem vegetal.

**Parágrafo Único** - As inspeções e fiscalizações serão exercidas em caráter periódico ou permanente, conforme indicar as necessidades





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA**

**Art. 8º** - O Município de Campina Grande - Pb fará parcerias com instituições de pesquisa ou criará laboratório para dar apoio técnico na feitura de análises dos produtos de origem vegetal.

**Art. 9º** - As autoridades da vigilância sanitária, em trabalhos de inspeção de alimentos nos estabelecimentos varejistas, comunicarão à Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente os resultados das análises sanitárias que realizarem.

**Art. 10** – Será cobrada taxa de expediente pela lavratura de laudo de vistoria, quando da inspeção dos estabelecimentos referidos no art. 7º, nos termos da legislação tributária e do Regulamento desta Lei.

**Art. 11** – São consideradas adulterações, fraudes ou falsificações como regra geral:

**I – ADULTERAÇÕES:**

- a) os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariam as especificações e determinações fixadas;
- b) no preparo dos produtos haja sido empregada matéria – prima alterada ou impura;
- c) tenham sido empregadas substâncias de qualidade, tipo e espécie diferentes da composição normal do produto sem prévia autorização da inspeção Municipal;
- d) os produtos tenham sido coloridos ou aromatizados sem prévia autorização, e não constem declaração nos rótulos;
- e) intenção dolosa em mascarar a data de fabricação.

**II - FRAUDE:**

- a) alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais do produto, de acordo como os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pela inspeção Municipal;

P



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA**

b) as operações de manipulação e elaboração forem executadas com intenção de deliberada de estabelecer falsa impressão aos produtos fabricados;

c) supressão de um ou mais elementos e substituição por outros visando aumento do volume ou de peso, em detrimento de sua composição normal ou do valor nutritivo intrínseco;

d) conservação com substância proibidas;

e) especificação total, ou parcial, na rotulagem de um determinado produto que não seja contida na embalagem ou recipiente.

**III - FALSIFICAÇÕES:**

a) os produtos forem elaborados, preparados e expostos ao consumo com forma, caracteres e rotulagem que constituam processos especiais, privilégios ou exclusividade de outrem sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização.

**Parágrafo Único** - Na regulamentação desta Lei poderão ser elencadas outras hipóteses de adulterações, fraudes ou falsificações.

**Art. 12** - As infrações as normas previstas nesta Lei serão punidas, isolada ou cumulativamente sem prejuízo das punições de natureza civil e penal cabíveis, da seguinte forma

:

**I - ADULTERAÇÕES** - multa no valor de 40 UFCG;

**II - FRAUDE** - multa no valor de 60 UFCG;

**III - FALSIFICAÇÕES** - multa no valor de 80 UFCG;

**IV** - a apreensão ou inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA**

apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulterados;

**V** - suspensão das atividades dos estabelecimentos por até 60 dias, se causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço da ação fiscalizadora;

**VI** - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

**§1º** - As multas poderão ser elevadas até o máximo de 200 UFCG quando :

a) volume de negócio do infrator faça prever que a punição possa tornar-se ineficaz.


b) for verificado o uso de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.

**§ 2º** - Nos casos de reincidência as multas serão elevadas até o máximo de 300 UFCG.

**§ 3º** - A pena de multa poderá ser substituída por advertência, quando o infrator for primário ou não tiver agido como dolo ou má-fé.

**§ 4º** - A interdição poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivarem a sanção.

**§ 5º** - Se a interdição não for levantada, nos termos do parágrafo anterior, em 12 meses, será cancelado o respectivo registro.

**Art. 13** - As penalidades impostas na forma do artigo precedente serão aplicadas pelos servidores municipais componentes do Serviço de Inspeção Municipal, com recurso voluntário para o Secretário de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente. 



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA**

**Art. 14** - O produto da arrecadação da taxa de expediente, bem como das multas eventualmente impostas, ficará vinculado ao Município de Campina Grande - Pb e será aplicado conforme dispuser a Regulamentação da presente Lei.

**Art. 15** - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei serão fornecidos por verbas alocadas à Secretária de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, constante do orçamento municipal.

**Art. 16** - Visando a aplicação desta Lei e a abertura de mercado para os produtos de origem vegetal no Município de Campina Grande poderá firmar convênios com Município adjacentes.

**Art. 17** - A presente Lei será regulamentada, pelo Poder Executivo, em 90 ( noventa ) dias de sua publicação, sem prejuízo , quando necessário, da emissão de portarias da Secretária de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente instruções do responsável pelo **SIM**.

**Art. 18** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 19** - Revogam-se as disposições em contrário.

  
**CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Prefeito